

PERCEPÇÕES COLONIAIS DO SALAZARISMO AO MARCELISMO: GUERRA DE LIBERTAÇÃO EM ÁFRICA E A VAGA REVOLUCIONÁRIA NA METRÓPOLE

COLONIAL PERCEPTIONS FROM SALAZARISMO TO MARCELISMO: LIBERATION WAR IN AFRICA AND THE REVOLUTIONARY VAGUE AT METRÓPOLE

Pamela Peres Cabeira¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir de que forma as alternâncias no governo de Oliveira Salazar e, sobretudo, de Marcello Caetano, trataram a questão colonial entre África e Portugal. Problematizaremos as relações entre metrópole e colônias partindo de discussão bibliográfica, e análise de fonte. A relutância em manter-se em um sistema colonialista, com a manutenção do sistema autoritário do Estado Novo, o país fomentou crises econômicas e sociais, guerras de guerrilhas em África e, finalmente, uma Revolução na metrópole.

Palavras-chave: Colonialismo; África; Guerra Colonial; Portugal.

Abstract: This article aims to present and discuss how the context switches in the Government of Oliveira Salazar and Marcello Caetano treated the colonial question, from a discursive essay. We will seek to discuss relations between metropolis and colony from discussion bibliography as well as the source analysis based on journals, laws, decrees and statistical studies. The reluctance to extricate itself from the colonial system as well as understand the nuances and mutations in the political, social and economic system by passing the international scenario, made it impossible for the country to move forward with more precision the settlement of colonial problems and enable a revolutionary wave.

Keywords: Colonialism; Africa; Colonial War; Portugal.

Introdução

“O País anseia pôr fim às guerras coloniais e ao governo dos monopólios, o país quer uma mudança de regime e as liberdades democráticas. Estes objetivos, estes anseios, tornaram-se uma exigência nacional!”². A convocação é clara pelo jornal do comitê Central do Partido Comunista Português (PCP) no início do mês de Abril de 1974: não é mais possível viver sob a rédea autoritária de Marcello Caetano em acúmulo da herança deixada por Oliveira Salazar, sendo obrigatória uma movimentação contundente de “todas as camadas não-monopolistas”³. Uma ação se faz necessária e esta iniciativa será pleiteada por um movimento de capitães em busca do fim da guerra nas colônias, em conjunto com incertezas e

¹ Graduada e mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutorando em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Bolsista Pleno-CAPES. E-mail: cabreiraperes@gmail.com.

² AVANTE! Clandestino. Não dar tréguas ao fascismo. Ano 44, série VI, n. 464, abril de 1974, p. 01. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal, fundo J 1316 A.

³ Idem. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal, fundo J 1316 A.

descontentamentos na metrópole que apoiarão as medidas iniciais à derrubada do regime. A revolução da metrópole começa em África, é uma Revolução de mão dupla.

A chamada por mudanças de sistema seja político, cultural, econômico e social faz-se muito presente em Portugal no decorrer da década de 1970, com movimentos grevistas, o acirramento e descontentamento com a Guerra de Libertação. O periódico clandestino *Avante!*, no início desta década, aponta que a luta contra o “fascismo” dava-se em três frentes: “a luta reivindicativa da classe operária, a luta política, a luta dos estudantes”⁴, e apontam que o caminho para o derrube do regime não deve aparecer por meio “[...] da liberalização para a democracia, mas o desenvolvimento da luta de massas e finalmente, numa situação revolucionária, o levantamento nacional, a insurreição popular”⁵, situação esta que se concretizaria em 25 de Abril de 74.

Portanto, em primeiro lugar, o país assistirá uma intensa marcha do movimento operário caracterizando um papel de protagonismo nas lutas laborais, tendo, no entanto, certa problematização de desorganização e descentralização das demandas e da organização sindical. Em segundo, por parte da oficialidade intermédia das Forças Armadas na recusa em dar continuidade à guerra em África. Quando este grupo rebela-se e toma a metrópole, entendemos, é um reflexo do arcaísmo que a mesma reproduziu nesta parcela de oficiais, trazendo para a arena pública os problemas por que o país passava, e, a partir de então, muitas outras demandas serão apresentadas como fator de luta durante os dezenove meses de processo revolucionário. Logo, o desagrado em África resultará numa Revolução na metrópole, apoiada, seguida e defendida por uma parcela imensa da população. A crise que perpassava a Europa, e também Portugal após a recessão mundial no ano de 1973, somada à crise da guerra, será fator desencadeante deste processo.

Ao apontarmos que as causas da Revolução centram-se, sobretudo, em torno da guerra colonial em África em dualidade completa com a crise econômica nacional e do destaque da classe trabalhadora em suas problemáticas organizativas e laborais, pretendemos, assim apresentar ao longo deste artigo algumas causas e efeitos do regime *salazarista/marcelista* e de como essas problemáticas se agravaram na década de 1970. Ao analisarmos documentos da época como jornais, análises estatísticas e deliberações constitucionais, propõem-se uma interconexão e diálogo entre as fontes, seguido de debate e exposição bibliográfico para que, metodologicamente possamos abranger, mesmo que

⁴ AVANTE! Clandestino. Nova fase de luta. Ano 39, série VI, n. 411, janeiro de 1970, p. 01. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal, fundo J 1316 A.

⁵ AVANTE! Clandestino. A perspectiva revolucionária. Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 02. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal, fundo J 1316 A.

parcelarmente, a proposta deste trabalho. Portanto, nossa hipótese circula entre três basilares para a eclosão da Revolução: Guerra colonial, crise econômica – reflexo, em partes, da própria guerra -, e, por último, a manifestação popular pelo descontentamento do regime. Desta forma, para compreender a estrutura do país e a possibilidade de ocorrência do 25 de Abril, propomos discutir um breve panorama sobre o Estado Novo e das políticas do regime sobre as colônias e sua importância no contexto nacional.

O Estado Novo e as perspectivas africanas

Após o golpe militar em 1926 com o compromisso do exército em mediar um período transitório, viria a eleger-se presidente de Portugal, Oscar Carmona, no ano de 1928, iniciando o período chamado de “Ditadura Nacional” com a instauração da Constituição de 1932-33. Este regime denominou-se Estado Novo, onde mantendo formações milicianas, partido único e a consolidação ideológica da Igreja Católica e do autoritarismo no Estado, tomava para si características repressivas e antidemocráticas.

Muitos fatores concorrem para a sensação de crise que domina os meios políticos portugueses na última fase da Primeira República. No rescaldo da Primeira Grande Guerra tinham-se modificado ideias políticas, estruturas econômicas, relações de classes, e introduzira-se uma consciência de precariedade e mudança que levava a exigir do Estado uma ação mais vigorosa e mais profunda no ordenamento da vida coletiva. Esta crise interna do Estado conduz a uma ditadura militar, em 1926, que depressa ganha o apoio dos sectores conservadores.

Portugal no início dos anos 30 constituía uma sociedade periférica, dependente, com peso predominante da agricultura. Os efeitos quase sucessivos das crises de 1921, da valorização do escudo, moeda nacional, em 1924, e a Grande Depressão de 1929 tinham afetado gravemente a economia, os negócios e as finanças públicas. Para a oligarquia tradicional, e mesmo para importantes setores das classes médias, o velho Estado Republicano-liberal, controlado, sem possibilidade real de alternativa, pelo Partido Republicano Português, tornara-se sinônimo de “demagogia” e de “desordem”, isto é, de instabilidade política e social, de “escândalos”, de incapacidade geral de fazer face à crise. O dia 28 de Maio de 1926 iniciou um longo e complexo processo de superação do Estado liberal. Longo e complexo não só pelas resistências “externas” à ditadura por parte das forças republicanas e democráticas, mas, também, porque o meio social e político que suportavam o novo regime são distintos e contraditórios, onde as estratégias econômicas de responder à

crise e as formas de conceber o Estado capaz de manter uma aplicabilidade eram inviáveis. Portanto, tudo se prestava à emergência de uma autoridade que interpretasse objetivamente o interesse do conjunto sobre cada um dos seus setores debilitados e desavindos, aplicando-o com a força resultante da autonomia arbitral desse estado burguês no qual Portugal estava inserido.

Em 1932, António Oliveira Salazar entra em cena como o chefe de Estado com o partido chamado de “União Nacional”, dando início ao período *salazarista*, que se estende até 1968, quando este é afastado do partido por um acidente que sofrera, sendo substituído por Marcello Caetano, no mesmo ano. No essencial, o salazarismo revelar-se-ia como um duplo pragmatismo, agindo no quadro das classes dominantes e das forças politicamente conservadoras. Um pragmatismo econômico e social, decidindo autoritariamente e em nome do “interesse nacional”, com o objetivo claro de derrubar ideais como o liberalismo e o parlamentarismo anteriormente presente no país.

As forças de apoio ao sistema ditatorial militar vieram do Centro Católico, juntamente com um apego e dependência das hierarquias da instituição, e de alguns partidos republicanos conservadores. Tanto o Partido do Centro Católico (PCC) como a instituição da Igreja, apoiaram a ditadura. Os republicanos conservadores também representaram forte apoio ao regime bem como possuíam representantes no seio do Exército. Ressalta-se a capacidade de mobilização dos militares pelos grupos conservadores.

O Estado Novo mantinha sua própria polícia, denominada de PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), que viria a transforma-se mais tarde na DGS (Direção Geral de Segurança) que também mantinha suas bases e atividades nas colônias africanas.

Consta-se que em meados da década de 1950, Portugal apresentava algo em torno de 50% da população envolvida nas atividades dos setores de agricultura, pesca e florestamento, contando muito pouco com a economia industrial⁶. Além disso, mesmo a atividade primária tomando maior parte da mão de obra, os materiais e tecnologias para o mesmo ainda eram precários, sem contar a dificuldade no cultivo de alimentos da base alimentar, como cereais, causando a necessidade constante de importação de tais alimentos (ANDERSON, 2006, p. 05). Em 1970, “[...] a produção de trigo não chegou à metade da média europeia; a de centeio foi três vezes menor, e a de cevada, quatro vezes menor” (MAXWELL, 2006, p. 43). Com a política de exportar matéria prima e importar produtos manufaturados (exceto o algodão na indústria têxtil), Portugal encontrava-se em completo

⁶ INSTITUTO Nacional de Estatística. *As edições do anuário estatístico de Portugal*, 1875-2008. Lisboa, 2010. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal.

oposto à política industrial e fora da dinamização imposta pela política imperialista que dominava os mercados no pós-guerra (ANDERSON, 2006, p. 07).

A distribuição da produção agrícola em Portugal na década de 1950, e que assim se estende até a década de 70, encontrava-se dividida entre sul e norte do país: no sul a dominação dos grandes latifúndios e criação de gado, visando exportação e lucro, enquanto no norte, a produção rural estava dividida entre os camponeses em pequenas porções de terras sem o incentivo governamental para o aumento de produção ou investimento em maquinários para produção em larga escala. O reflexo do sistema rural não dinamizado, centralizado e de pequena produção, era, substancialmente o desemprego e o déficit na produção de cereais para o consumo interno (Ibidem, p. 09), além da baixa existência industrial no país, fazendo com que a mão de obra jovem cedesse à emigração.

Esta se tornara, portanto, a saída para muitos portugueses. Dois importantes fatores são observáveis como incentivo de emigração para países como França, Alemanha e Inglaterra neste período: os baixos salários em Portugal, tendo como contrapartida ordenados maiores nestes países, bem como a fuga da guerra colonial, a partir de 1961. Segundo Maxwell, “[...] novecentos mil portugueses emigraram entre 1960 e 1971, a maioria na faixa de dezoito e 35 anos. Isso representava 180 emigrantes a cada mil habitantes no norte de Portugal e 185 a cada mil na região do Algarve” (2006, p. 44). Tendo em vista que duas em cada três pessoas que emigravam eram trabalhadores do campo, a produção e a força da mão de obra agrícola declinaram perceptivelmente (Ibidem, p. 45). A corrida pela industrialização e urbanização do país cria vigor a partir da década de 50, desdobrando as atas reivindicativas de acordo com os novos problemas enfrentados.

Em paralelo, a quebra na produção agrícola é enorme, transferindo para as cidades e para as indústrias pessoas ainda acostumadas na cultura rural, com pouca ou nenhuma experiência no modo de produção industrial. Em contrapartida, o comércio aumenta, os transportes modificam-se e ocorre um aumento significativo no quadro de empregados do funcionalismo público, mostrando “um país em profunda mudança, mais desenvolvido, mais urbano e mais moderno” (MAXWELL, 2006, p. 22). Ao mesmo tempo, esse “desenvolvimento” relativo não supriu as condições de vida básicas para estes trabalhadores urbanos, criando verdadeiras “cidades de lata” nas periferias industriais, baseadas em salários que visavam cumprir apenas a reprodução biológica de seus trabalhadores. A inversão de valor dentro da sociedade, do rural para o urbano, mexerá em todas as estruturas sociais e econômicas em Portugal, uma vez que a dinâmica familiar e valorativa volta-se para outros objetos, com distintos interesses e atributos quando da mudança para a rotina urbana.

Ainda na década de 60, para efeitos econômicos e diplomáticos, o país viria a sofrer com crises inflacionárias, baixa natalidade, imigração de mão de obra e com os altos gastos com o exército, tendo um aumento na inflação de 10% entre 1960 e 1973 (SOUZA, 1995, p. 667). Ainda assim, para Rocha (1977, p. 595), a década de 60, “[...] foi um período de crescimento econômico rápido e de importantes alterações na estrutura produtiva, com importância crescente da indústria em relação à agricultura e dos ramos industriais modernos em relação aos ramos tradicionais e à indústria ligeira”. Esse crescimento citado pelo autor estaria enraizado, sobretudo, nas colônias como fonte de matéria prima com preços baixos devido à mão de obra barata, além dos privilégios mercantis e dos “recursos financeiros e de divisas” (Ibidem, p. 598). O país estaria, portanto, pautado na economia colonial, defasado nas condições sociais e ainda carente de meios de produção e industrialização que rendessem certo grau de autonomia interna.

No que tange as políticas ultramarinas, Portugal iniciou a partir da década de 1940 uma maior articulação no campo da política internacional, visando a expansão econômica do país e busca de apoio para o desenvolvimento de sua economia, sem, entretanto, visar planos sociais nas colônias ultramarinas, o que viria a ocorrer somente com o Primeiro Plano de Fomento (1953-1958) e com o Segundo Plano de Fomento (1959-1964), ainda que no campo teórico, sem ocorrer práticas que limitassem os problemas enfrentados.

Neste processo de inserção, a revisão da Constituição, em 1951, apresenta os territórios colonizados como “[...] genericamente ‘províncias’ e têm organização político-administrativa adequada à situação geográfica e às condições do meio social⁷”. O Artigo 133 declara que “é da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de colonizar as terras dos Descobrimentos sob a sua soberania e de comunicar e difundir entre as populações ali existentes os benefícios da sua civilização [...]”⁸.

Deste modo, visando uma boa política externa com os países ocidentais membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e da OTAN, Portugal adotará a tentativa de demonstrar uma figura de não colonizador ou, ao menos, de mentor de suas colônias, ditas agora como províncias do ultramar. Como declara o artigo 136 da Constituição, “[...] a solidariedade entre as províncias ultramarinas e a metrópole abrange principalmente a obrigação de contribuir por forma adequada para assegurar a integridade e defesa de toda a Nação e os fins da política nacional definidos no interesse comum pelos órgãos da

⁷ DIÁRIO do Governo, I série, número 117, 11 de junho de 1951.

⁸ DIÁRIO do Governo, I série, número 117, 11 de junho de 1951.

soberania⁹”. Com isso, Portugal representará sua relação com as colônias em África de modo a eximir-se da cobrança internacional por um possível processo descolonizador.

A exploração e desenvolvimento da indústria, juntamente à inserção do país no cenário da política externa ocidental, também pode ser entendida e caracterizada através do momento político do imperialismo. A adoção do imperialismo foi categorizado, comportando a exploração da mão de obra das massas e a facilidade de explorar outros países, como Portugal e a exploração de suas colônias africanas. O momento histórico destes países colabora com a exploração da metrópole imperialista, com a repressão dos direitos dos trabalhadores, favorecendo a produção de suas indústrias, como a proibição de greve, proibição de organização operária, o que viria a refletir na situação econômica e nas tensões sociais existentes (POULANTZAS, 1976, p. 22).

Mesmo após o início da guerra colonial em Angola, deflagrada em 1961 “[...] ao contrário do que acontecia no fórum das Nações Unidas, a política colonial portuguesa nunca foi alvo de ataques dos aliados no seio da Aliança. A NATO funcionava como um refúgio dos ataques internacionais” (SANTOS, 2008, p. 21). A situação do país frente à Organização e a ONU irá alterar-se ao longo da década de 60, com a problematização das colônias portuguesas.

O contributo na reestruturação militar portuguesa através das negociações na base dos Açores com os Estados Unidos sob o Pacto Atlântico trará importantes desdobramentos no cenário interno e externo do país. As Forças Armadas iniciarão um processo de inserção no mundo ocidental, em mudanças e organização militar, visualizados e experimentados fora da estratégia do Estado Novo. O historiador António Telo tratará a década de 50 e as consequências do Acordo como “revolução serena”, onde os agentes da Revolução de 1974 começarão sua trajetória de desmembramento e mudanças dentro do corpo do Exército, incentivada pelo novo enquadramento do país no processo ocidental de tecnologias e ideais democráticos políticos (TELO, 1999, p. 131).

O ano de 1961 representará para Portugal o início do fim de seu Império no Ultramar, indo a desencontro da posição da OTAN e da ONU no que tange a descolonização. Portugal optará pelo reforço em suas colônias e a militarização reforçada nos anos que se seguirão.

Este ano marcaria substancialmente o sistema ultramarino do Estado Novo, com o início da Guerra colonial em Angola. Portugal não adotará o processo de

⁹ Idem.

descolonização no mesmo período que Grã-Bretanha, Bélgica e França, adiando até quando pôde colocar-se em conflito nas colônias. O princípio de autodeterminação proposto em 1945 na Carta das Nações Unidas no artigo 73 declara que os membros da ONU que ainda possuíssem ou assumissem responsabilidade frente a uma colônia ainda não completamente independente, deveriam assumir esta ação como uma obrigação. Portugal, que viria a integrar a ONU apenas em 1955, não se enquadrava nas obrigações impostas pela Organização e passa a estreitar seus laços de exploração com suas colônias. Cabe ressaltar que a relação colonial de Portugal era bastante complexa.

Diante da busca pela autenticação do regime salazarista dentro do regime mundial que se impunha, o Estado Novo buscará, através de figuras importantes que compunham o Ministério do Ultramar, a Junta de Investigação do Ultramar e o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, e encontrará em Gilberto Freyre a teoria que daria sustento à política colonial portuguesa. A busca pela legitimidade girava em torno de três eixos principais: Transparecer internacionalmente um Império com colônias, mas não *colonialista*, no significado pejorativo do termo; buscava-se uma “arquitetura teórica” do colonialismo português, uma tradição positiva do processo colonizante português e, por fim, demonstrar para a própria população portuguesa que a extensão de seu território ultrapassava os limites de Timor ou Minho, que estas fronteiras, de forma legítima, estendiam-se para o continente africano (PINTO, 2009, p. 454). Freyre apareceria no cenário português na década de 50 e, segundo Pinto, “[...] ele aceitou de bom grado o papel de ideólogo salazarista e em alguns momentos foi percebido como um dos mais eficientes *cães* de guarda do Império” (PINTO, 2009, p. 453). A fundição da teoria luso-tropicalista ocorrerá nos centros de pesquisa e apropriados como maneira de propagação da política colonial, sendo, em termos gerais a afirmação de Freyre de que “[...] os portugueses tinham uma capacidade especial de se unir os trópicos por uma ligação de amor e não de interesse, e aí constituir sociedades multirraciais marcadas pela mestiçagem e pela interpenetração de culturas” (CASTELO, 2012, p. 396). Desta maneira, a justificação da soberania portuguesa e de sua “boa” conduta em suas colônias, embasava-se em teorias sociais legitimadas através de Freyre, como uma referência ideológica dentro das práticas institucionais do Estado Novo, servindo, sobretudo na década de 60, como meio justificador da política portuguesa após o deslanche da guerra colonial em Angola.

1961: A deflagração da Guerra em Angola

As primeiras marés de libertação em África começaram em 1952 com o Egito e em Gana em 1957, despertando nas colônias portuguesas uma agitação e organização pró-independência (ANDERSON, 2006, p. 99). A independência do antigo Congo Belga em 30 de junho de 1960 viria a facilitar o movimento independentista, visto que reforços e uma fronteira de apoio se instalaram. Para Perry Anderson, “a independência do Congo em meados de 60 foi, sem dúvida, o precipitado que catalisou a revolta angolana, seis meses mais tarde” (Ibidem, p. 100). A possibilidade de uma fronteira amigável acrescido de seu terreno pantanoso e montanhoso colaborava ainda mais para uma insurreição. O início dos ataques deu-se em Luanda, em 4 de fevereiro de 1961, com emboscadas e ataques à prisão militar, desencadeando no dia seguinte, no funeral dos mortos portugueses, forte repressão e ataque aos brancos nos bairros negros de Luanda (Ibidem, p. 102).

Em 1954, uma associação política foi mobilizada no norte de Angola com a liderança de Holden Roberto, filho de um chefe tribal na região de São Salvador, chamada por União das Populações do Norte de Angola, também conhecida por UPA. Holden Roberto, então funcionário no escritório no Congo Belga, viaja secretamente em 1958 para Gana, vindo a assistir à 1ª Conferência Interafricana que lhe gerará contatos suficientes para sua ida à Nova Iorque, em reunião das Nações Unidas, externalizar os problemas e conflitos decorrentes em África. A insurreição de 1961 é liderada e executada sob organização da UPA¹⁰. Contrariando o que era esperado inicialmente por Holden Roberto, então presidente da UPA, a insurreição em Angola inicia-se de maneira violenta em 15 de março. Segundo ele, “[...] foi uma coisa bem organizada, vocês devem rebelar-se nas fazendas para mostrar que realmente há trabalho forçado... essa era a intenção inicial”.¹¹ Os ataques ocorreram simultaneamente e pegaram os portugueses de surpresa, obtendo o registro em torno de 50 mortos, apesar deste número subir no cômputo posterior (ANDERSON, 2006, p. 103). Em relato feito por ativista, “[...] se a catana não matava à primeira, repetia-se duas ou três vezes. Como estávamos irritados com todo aquele tempo de opressão, não havia aquele sentimento de pena... porque não é pequeno ser-se governado durante 500 anos!”¹². Um resgate aéreo foi promovido pelos portugueses e muitos foram retirados para Luanda e, em questão de dias, o norte de Angola estava tomado pelos nacionalistas. Uma onda de violência se instaura na colônia e muitos africanos bem com muitos portugueses são mortos, ora em ataques militares

¹⁰ A UPA unir-se-á em 1962 com o Partido Democrático de Angola (PDA), que era uma organização também ao norte de Angola, vindo a formar, com a junção de ambas, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

¹¹ FURTADO, Joaquim. **A Guerra**, 2007, documentário exibido pelo canal televisivo RTP. Fala de Holden Roberto, Presidente da UPA, 04:57, episódio 1.

¹² FURTADO, Joaquim. **A Guerra**, 2007, documentário exibido pelo canal televisivo RTP. Fala de José Mateus Lelo, Ativista UPA, 10:34, episódio 1.

como em revoltas e linchamentos (Ibidem, p. 107). O envio das tropas militares portuguesas para Angola ocorrerá lentamente, além de que “estavam mal ordenadas e eram em número insuficiente” (Ibidem, p. 106-107). Em 1963, o movimento insurrecional irá alastrar para Guiné e em 1964 para Moçambique, abrindo mais duas frentes de combate e dificultando a organicidade militar do país. O despendimento da população para a guerra colonial alcançará 7% de seus habitantes além de 40% do Orçamento Geral do Estado ao longo da guerra (Ibidem. p 123-124).

O “duelo” entre Estados Unidos e a URSS teve grande importância também em África, com as disputas de apoio pelas libertações em colônias, bem como na influência política, ainda que para alguns autores esta ajuda não fosse tão forte em colônias portuguesas como nas demais (MAXWELL, 1985, p, 536). O apoio a Portugal pelos membros na OTAN mostrou-se insuficiente e, segundo o “[...] General Spínola, no seu livro *Portugal e o Futuro* (Lisboa, 1974), concluiu que nem o ocidente nem o leste pareciam ter um real interesse em chegar a uma solução do conflito de uma forma ou de outra” (Idem). Apoio este dual, ao menos por parte dos Estados Unidos que no início da década de 60 indicaria Holden Roberto como chefe e ponte da ajuda norte americana para Angola, apoio este que será retirado apenas em 1970 (MAXWELL, 1985, p. 537). De certa maneira, a posição política estratégica dos Estados Unidos pode caracterizar-se por uma via de mão dupla: apoiar a conservação das colônias e do sistema colonial, para não abrir possibilidade de invasão neste campo ideológico e físico da união Soviética e, em contraponto, apoiar moderadamente os movimentos nacionalistas para que, assim, pudesse controlar uma possível influência comunista.

A cautela no processo de independência nas colônias portuguesas pode ser analisada segundo um viés de violência anterior às guerras coloniais que antecederam 1961, o que pode ser caracterizado como uma “desilusão” ao passo que “[...] a independência tinha conduzido, em vários casos, ao aparecimento de regimes mercenários dominados por grupos militares” (Idem). Maxwell propõe uma singularidade nos movimentos nacionalistas destas colônias, com exceção da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA - junção da UPA e do Partido Democrata de Angola), que enquadravam uma postura nacionalista e, ao mesmo tempo neocolonialista, dentro dos grupos do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na Guiné, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Moçambique e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (Ibidem, 537-538). Neocolonialismo este que, além de representar a grande dependência econômica de Portugal perante suas colônias, também iria a encontro do debate não apenas teórico, mas prático vivenciado pela guerrilha, pela luta armada.

Nota-se que em Angola, a FNLA propunha uma união das frentes independentistas, e, no entanto, “[...] representavam apenas o grupo etnolinguístico bakongo” (PEIXOTO, 2009, p. 97), excluindo a participação de outras etnias, dentre elas mestiços e brancos e negava a junção com o MPLA. Em suma, os atos da FNLA declinaram ao longo da guerra colonial por falta de um projeto político de base que acarretasse unanimemente o povo e o território de Angola, além de lidar e manejar seus esforços “[...] contra o colonialismo apostando quase exclusivamente na promoção das ações armadas, isto é, da violência” (Ibidem, p. 103). Com a pouca dinamização entre os projetos e análise da problemática da colonização entre FNLA e o MPLA, este último percorreria também a duração da guerra com desencontros de concordância no seio da organização.

A política de continuidade da guerra ao longo dos treze anos que percorrerá 1961 a 1973 buscará legitimidade através de um proposto referendo em abril de 61 que não se realizará e, posteriormente com uma manifestação organizada em “defesa do ultramar” no Terreiro do Paço em 1963, traçando uma busca de apoio e favorecimento na posição portuguesa. Leia-se que, devido à censura do Estado Novo, a discussão pública sobre o sistema colonialista e a guerra que se impunha, mostra-se limitado. Em contrapartida, a necessidade de manter uma “herança sagrada” do período das “descobertas” e na manutenção do império português ainda encontra-se muito presente (ALEXANDRE, 2005, p. 57).

Entretanto, analisando a conjuntura econômica do desdobramento da guerra colonial, ocorreu favorecimento no desenvolvimento da economia das colônias, tanto em Angola como em Moçambique, a partir da abertura, mesmo que forçada ao capital estrangeiro e o crescimento do mercado de circulação interno, visto a presença de militares e da necessidade de circulação de mercadorias para este quadro além do aumento de gastos com fomentos. Apesar deste movimento e do crescimento deste mercado, o laço de distensão com a metrópole e não de reforço será mantido ao longo dos anos de guerra nas colônias (ROCHA, 1977, p. 593).

A posição portuguesa, que logo no início da guerra colonial mostrava-se já em processo de defasagem, apresentava-se dual. Por um lado, valia a acusação de uma exploração no limite, violenta e que visava apenas a exploração da terra e da população colonizada, portando-se dentro de um sistema colonial “primitivo” ou “ultracolonialista” como defenderia Anderson em 1966 e que em muito nos aproximamos. Em contrapartida, os teóricos e o governo do Estado Novo defendiam a especificidade do sistema luso de colonização, colocando o vasto império português e os “descobrimientos” como uma espécie de vocação na

política e no povo português, sendo estes capazes de se relacionarem com nativos de forma direta e humana, sem racismos ou preconceitos, teoria esta enviesada por Gilberto Freyre.

Com a mudança política em 1968 devido ao afastamento e posterior morte de Oliveira Salazar e a entrada de Marcello Caetano no controle do Estado Novo que partiria de propostas em mudanças na economia e na política ultramarina, característica esta nunca afirmada ou expressada ao longo de sua carreira política. Sobre o problema da guerra colonial, Caetano manteria uma posição intermediária, mantendo a guerra e visando realizar posteriormente uma autonomia progressiva nas colônias; a defesa da descentralização administrativa nas colônias viria a ser a principal proposta de Caetano (PEIXOTO, 2009, p. 121-122). A aprovação do projeto de lei traria observações de que tais alterações não mudariam, substancialmente, a situação do regime ultramarino, havendo uma divisão de um grupo “centrista” que enxergava nas propostas do governo uma possível melhora na política do ultramar e os “integracionistas” que vetavam e negavam esta revisão constitucional, no temor de que a unidade do império e da nação portuguesa pudesse ser colocada em risco (PEIXOTO, 2009, p. 121). Em suma, a posição aprovada na mudança da constituição em 1971, não era passível de mudanças, uma vez que a guerra militar nos territórios colonizados mantinha-se, sem na prática propor alianças ou ações que pusessem fim ao problema, mantendo o modelo nacional-colonialista que compunha as bases do Estado Novo.

Logo, ao longo da discussão historiográfica acerca do complexo processo multifacetado da guerra colonial, inserção internacional e movimentos dentro do seio do Exército português – fator importante na subsequente Revolução de 1974 -, apresenta-se a exposição de Maxwell, onde defende que “[...] existe uma relação decisiva entre a descolonização na África e a revolução em Portugal” (1985, p. 539). Neste sentido, “[...] a revolução é determinada pela combinação da luta colonial com a irrupção das lutas na metrópole e vice-versa, a situação na metrópole reforça a legitimidade dos movimentos de libertação nas colônias e precipita a independência destas num curto espaço de tempo” (VARELA, 2012, p. 414) e, ainda, “[...] a insatisfação dos militares com os combates na África, a desmoralização progressiva das Forças Armadas, que recebiam a culpa pelos insucessos do regime [...] somavam-se anunciando a ruína do império” (PEIXOTO, 2009, p. 137).

Estado Social de Direito e o projeto “liberal” de Marcello Caetano

Pensar a relação entre os indivíduos e o Estado, bem como a própria noção de Estado e dos indivíduos enquanto cidadãos participativos deste processo é um exercício necessário na compreensão das sociedades Ocidentais, à qual não escapa o Estado português, mesmo que de cariz autoritário. Caetano seria amplamente caracterizado pela oposição, sobretudo pelo PCP como liberal, de conduta no governo em sentido “liberalizante”.

A fundamentação, estrutura política e econômica nos entraves do Estado português sob Caetano irá demonstrar uma busca pela inserção no cenário liberal internacional, sem efetivar, contudo, uma abertura interna. Para que esta relação se mostre possível, uma integração das classes sociais e o Estado, a teoria burguesa do *Estado coisa* ou *Estado sujeito*, deveria ser superada (POULANTZAS, 1976, p. 64). A partir do momento em que este é tratado de forma manipulável, ou visto como um “instrumento” de utilidade aos interesses das classes dominantes, perde seu sentido fundamentador das relações sociais e de sua capacidade organizativa dentro de seus próprios órgãos. Neste sentido, o Estado não é “[...] só sujeito ou só coisa, mas, por natureza e da mesma maneira que o ‘capital’, o *Estado é uma relação*, ou melhor, a condensação da relação de forças entre as classes tal como ela se manifesta de *forma específica, no seio dele próprio*” (grifo do autor) (POULANTZAS, 1976, p. 64). Neste sentido, a partir do momento que concebemos que o Estado é constituído por contradições de classes, essas mesmas contradições se desenvolverão dentro de seu próprio meio, de sua própria “ossatura”, resultando em uma posição, em uma resposta às medidas políticas, econômicas e sociais que a elas se impõe. Sobretudo na década de 1970 em Portugal, Caetano irá promover a inserção internacional e o processo de dependência do capital estrangeiro, que já mostrava suas faces - a formação de um sistema capitalista nos moldes internacionais e de tendências liberais, onde estas contradições percorrerão cada extremo e cada fissura do Estado. Este processo, salienta Murteira:

Em nenhum país europeu, na segunda metade do século xx — mesmo considerando a agitação social em França e Itália nos finais dos anos 60 — se afigura tão próxima a derrocada duma ordem social capitalista, sem intervenção exterior e apenas por agudização da luta de classes interna, e tão eminente também a emergência dum novo poder assente no proletariado rural e urbano. Embora efêmera, a profundidade da crise experimentada então na sociedade portuguesa não poderia deixar de transformar aspectos importantes do sistema económico (1986, p. 263).

Em essência, na luta contra o Absolutismo na Europa entre os séculos XVIII e XIX, particularmente, alguns pensadores defendiam formas diversas na organização liberal. Montesquieu sugeriria a limitação do soberano garantindo as liberdades fundamentais dos

seus súditos, mantendo uma possível monarquia, como em Inglaterra, enquanto Voltaire criticava o regime absolutista, propunha a liberdade de opinião era contra uma igreja política sem, contudo, apoiar a vontade geral, apontando que o povo não deveria participar e opinar no processo do Estado liberal. De maior abertura democrática, Rousseau afirmava a existência de um “contrato social”, onde o soberano deveria ser submetido à vontade geral, caso contrário, corria o risco de sua própria destruição. Percebemos que ao longo da História, em diversos casos, sobretudo nas lutas de independência nas Américas, a compreensão de liberdade e liberalismo não estendia suas asas ao todo social. O liberalismo também pode ser visto, se voltarmos às suas raízes, como antidemocrático.

No nosso entendimento, para o século XX, o ideal liberal pontuava a laicização do Estado bem como a independência dos poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário, excetuando-se o poder único e centralizado. Além disso, pauta-se na teoria de que o liberalismo econômico concentra-se na não inserção de interferências do Estado no mercado, no *laissez-faire* bem como assentado na livre-iniciativa. Também pode assim dizer que,

O liberalismo pode ser entendido como uma ideologia que concede espaços à iniciativa e à autonomia individuais. Nessa filosofia, as ações dos indivíduos, desde que respaldadas por normas legais (e nesse caso o Direito é fundamental para a instituição de uma sociedade liberal), podem manter uma autonomia relativa ante o Estado. Este, por sua vez, deve exercer algumas funções específicas, limitadas, mas essenciais à ação livre dos cidadãos proprietários. Desse modo, há estreita relação entre o liberalismo político e o liberalismo econômico, na medida em que o Estado se estrutura para garantir os contratos, não interferir nos lucros de seus membros, permitir a manutenção da propriedade privada, regular os jogos de interesses, manter a ordem social (SILVA; SILVA, 2009, p. 260).

Em uma tentativa de dar novas caras ao regime autoritário do Estado Novo, Marcello Caetano o rotularia como um “Estado Social de Direito”, indicando uma possibilidade de compromisso histórico almejado ao longo do fim da Segunda Guerra Mundial entre as frações da burguesia capitalista e os trabalhadores, com a corrente mediação do Estado. Proporia uma relativa atualização do regime com vias ao que se chamaria de Estado Social, pautado na tentativa populista/popular ou uma possibilidade mais “elitista”; educação para todos; desenvolvimento econômico; busca por uma adequação cultural ao padrão europeu e maior leque de “benefícios” sociais para os cidadãos.

Ao inserir medidas de abertura de capital estrangeiro no país, bem como construir uma nova reforma do ensino sem diálogo com as áreas envolvidas e propor superficialmente diretrizes pedagógicas, consideramos que o Estado português estava regido

por uma dinâmica de subordinação das classes dominadas face à hegemonia do grupo dominante, buscando sempre concretizar e defender os interesses de quem o estava guiando. Logo, as tomadas de decisão, de leis como as supracitadas, ocorrem de forma a abrandar os movimentos reivindicativos, mas não de concretizar mudanças absolutas de transformação do Estado em uma democracia liberal. Não esqueçamos que Caetano, como um membro ativo do Estado Novo, de cariz nacional e antidemocrática, atuou como escritor em defesa de tais ideais tanto quanto ao sentido antiliberal do sistema. Apesar de buscar uma relação política com a “ala liberal”, não cremos que as iniciativas marcelistas possam ser entendidas como “liberalizantes” ou liberais em seu sentido mais teórico, visto que a regulação econômica, social e política ainda pautavam-se na concentração de poder e na manutenção de um Estado controlado por uma minoria autoritária, cautelada em um Estado forte. Além das medidas internas, Caetano tinha sobre a mesa o impasse da guerra colonial em África, que além de consumir altos números da econômica, desgastava cada vez mais as relações sociais nos diversos trânsitos do país.

Assim, para Ruivo, o que estava em causa “era modernizar o regime mas sem pôr em causa a sua natureza antipartidária e antidemocrática, sem alterar a sua essência” (2013, p. 37), ou, como defende Rosas, Marcello “não era nem um liberal nem um democrata, mas um reformista dentro do regime desde o segundo pós-guerra, quando compreendeu que o Estado Novo podia resistir a pressões temporárias ou conjunturais mas não ao espírito da época” (2004, p. 13). Apesar de convicto nas medidas corporativistas, antidemocráticas e em sua falha na resolução colonial, Caetano incitou algumas medidas que chegaram próximas a uma “renovação” no quadro nacional mantendo-se, contudo, inexoravelmente na continuidade de um regime autoritário.

A Guerra Colonial sob um monóculo: O MFA e as medidas de Caetano

Através da Resolução 1514, em 14 de dezembro de 1960, a Assembleia-Geral integrada por Holanda, Reino Unido e Estados Unidos como potências administrantes e Marrocos, México e Índia como não administrantes, traria à tona na ONU a discussão sobre a definição dos territórios “não autônomos” em África, cobrando uma posição dos países que ainda possuíam territórios extra-metrópoles, como é previsto no artigo 73º da Carta das Nações Unidas, com votos contrários apenas Portugal, Espanha e África do Sul. Os problemas que circulavam a diplomacia portuguesa assentavam-se na dinâmica ultramarina, fator que seria agravado com a aprovação da Resolução 1542, onde Portugal deveria prestar contas

sobre os territórios considerados pela ONU como não autônomos. O ano de 1961 seria, ainda, fortemente marcado pela mudança de presidência nos Estados Unidos, quando John Kennedy viria a assentar sua política em apoio às independências coloniais.

Com a guerra colonial em África, o país estava sob forte pressão internacional sobre o processo de descolonização, e para isso, a política do progressivo processo de autonomia e desenvolvimento nas colônias seria marcante na teoria marcelista. No entanto, destaca-se que a sua indicação pelo Presidente da República consagrou-se na promessa de manutenção do império do ultramar (CARVALHO, 2009, p. 29), mesmo que essa se encaminhasse para uma “adaptação”. A partir das revisões constitucionais e com a titulação de Estados honoríficos concedidos à Angola e Moçambique, na prática, continuariam sob a égide da metrópole e a descolonização, tabu da nação portuguesa, continuaria assim caracterizada.

Cabe destacar, em números, que Portugal despendeu em torno de 169 mil homens para a guerra em África, dos quais aproximadamente 8.290 faleceram, sendo mais da metade mortos no período marcelista (4.718 entre os anos de 1968-74), (Ibidem, p. 47). Considera-se que as dificuldades de estabilização das guerrilhas foram mais acentuadas na Guiné, devido à forte organização do Partido, bem como dificuldades geográficas e de intenso apoio dos países vizinhos.

Em Angola, apesar de alguns autores apontarem que o domínio sobre a guerrilha era favorável às Forças Armadas Portuguesas e que o país não obteve “vitórias dignas de registro” (Ibidem, p. 48), cabe sublinharmos que os pontos de resistência eram fortes ao longo do território, mesmo que não fossem resistências armadas. De acordo com Carvalho, as medidas de aldeamento estratégico, utilização de equipamentos militares como helicópteros e forças terrestres e unidades paramilitares garantiram uma maior autonomia dos portugueses sobre os revoltosos. Uma das estratégias dos militares foi a negociação com a FNLA e a UNITA contra o MPLA, gerando um profundo desentendimento interno no movimento.

Já a guerra de guerrilha da Guiné, é considerada como o único palco de maior resistência, com perda de território colonial, que viria a culminar com a Independência do Estado da Guiné-Bissau em setembro de 1973, fato que seria reconhecido internacionalmente. Como em Angola, o desconhecimento geográfico e o apoio dos países vizinhos, Senegal e Guiné Conacri, dificultaram e impossibilitaram o sucesso das Forças portuguesas. A disputa territorial mostrou-se tão intensa que em meados de 1968, Oliveira Salazar colocaria o brigadeiro António de Spínola sob o cargo de Governador e Comandante-Chefe das Forças

Armadas da Guiné. Pode-se apontar que Spínola, como irá mais tarde elaborar em seu livro *Portugal e o Futuro*, que seus objetivos na Guiné assentavam-se, sobretudo, em promover um aumento na relação sociedade e economia nas colônias, bem como uma maior inserção dos africanos no cenário vivencial dos portugueses e, por fim, um aumento na ação militar das Forças Armadas, pois, uma vez que “é impossível ganhar uma guerra de guerrilhas” (CARVALHO, 2009, p. 24), o exército deveria equipar-se e preparar-se de forma adequada às definições de guerra em território africano.

Com o apoio bélico da União Soviética, o PAIGC conseguirá manter-se forte no movimento de resistência, bem como provocará diversas derrotas no exército português. Com o retorno de Spínola para Portugal em agosto de 1973, a declaração de independência será proferida e as Forças Armadas irão aos poucos se retornando ou se aquartelando na capital de Bissau.

Por fim, em Moçambique, o brigadeiro Costa Gomes chega em território africano e insere medidas de estratégia militar com a aproximação do quartel-general e das áreas de conflito, contribuindo para uma maior facilidade nas operações. Quando Caetano assume, a situação estava “controlada”, mesmo com as investidas e novas frentes açambarcadas pela FRELIMO, principalmente pelo motivo contrário de Angola e Guiné: Portugal contava com um relativo apoio de países fronteiriços, como a África do Sul, a Rodésia e Malawi. Como destaca Carvalho, a central de espionagem portuguesa, sobretudo Jorge Jardim, “desempenhou um papel relevante nas acções de espionagem levadas a cabo contra a FRELIMO e na dinamização de organizações paramilitares de contra-guerrilha que tiveram bastante sucesso” (Ibidem, p. 51). Em 1973, a situação agrava-se pelos desentendimentos políticos entre as forças aliadas e os revoltosos, situação que se estenderia até 1974, quando as negociações para a independência começariam a mostrar caminhos.

Caetano depara-se com um impasse quando adentra no governo português: aderir uma política desenvolvimentista e de crescente autonomia para as colônias ou a contínua inserção de reformas¹³. A Lei 3/71 de 16 de agosto que altera a Constituição, determina que “a nação portuguesa constitui um Estado independente, cuja soberania, una e indivisível, só reconhece como limites a moral e o direito”¹⁴, e também defende que o Estado português é unitário possibilitando a compreensão de regiões autônomas, onde os territórios fora da Europa constituem “províncias ultramarinas”, as quais “terão estatutos próprios como

¹³ Cf. TORGAL, Luís Reis. Marcello Caetano antes do marcelismo. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea*, t.19, 2007, pp. 49-73.

¹⁴ PORTUGAL. Lei 3/71 de 16 de Agosto de 1971, *Diário do Governo* nº 192/1971, 1º Suplemento, Série I de 1971-08-16, Art. 1º.

regiões autônomas, podendo ser designadas por Estado, de acordo com a tradição nacional, quando o progresso do seu meio social e a complexidade da sua administração justificarem essa qualificação honorífica¹⁵”. A partir disto, o país trilhará um caminho de unidade estatal e uma reforma nas colônias, o que causará uma contínua condição ambígua no problema fulcral da nação: a guerra em África.

A discussão do problema da guerra colonial e sua solução como um fator político e não militar, começaria a ser moldado em meados de 1972, pelo então general António de Spínola que integrou o governo e comandante-em-chefe das Forças Armadas da Guiné no período de 1968 a 1973. O apoio a ele referenciado, a *posteriori*, se estruturará com a ausência, senão na contramão da organicidade da Academia Militar para a formação da oficialidade intermediária no órgão. Em suma, com o grande despendimento de oficiais para a guerra colonial em várias frentes, a falta de oficiais para o Exército mostrava-se um problema, vindo então o Ministro da Defesa a publicar decretos¹⁶ que possibilitassem o aceleração na formação de oficiais para os capitães milicianos que assim o desejassem, num período de dois semestres de duração, enquanto que para um cadete que almejasse tornar-se alferes, necessitava de quatro anos na Academia Militar (PEIXOTO, 2009, p. 130-131). A organização deste corpo de militares de carreira viria a tornar-se balizada politicamente, trazendo para si a questão da guerra colonial e as possibilidades de solução.

General Spínola, que não integrou o Movimento de Capitães - movimento este que deu origem ao Movimento das Forças Armadas, composto em sua maioria por integrantes “[...] oriundos de sectores intermediários da sociedade, pouco politizados e limitados ao objectivo de pôr fim à guerra” (VARELA, 2012, p. 405) - mas que teve base fundamental para o processo que desencadearia a Revolução em 74 apresentava, desde 1968, a deixa ao governo português de que a possibilidade de derrota por parte dos portugueses, na Guiné, era imprescindível, inevitável (MAXWELL, 2006, p. 54). Neste sentido, “Spínola fez muito para restaurar a confiança dos militares, implementou um amplo programa de ação cívica destinado a conquistar o apoio da população local e incorporou africanos à administração colonial e às forças armadas” (MAXWELL, 2006, p. 54). Em 1972, Spínola busca um “cessar fogo” e um encontro diretamente com o líder da insurgência, buscando um acordo passível do que havia proposto a Caetano e lhe é negado onde se mantêm a posição de militância e guerra

¹⁵ PORTUGAL. Lei 3/71 de 16 de Agosto de 1971, Diário do Governo nº 192/1971, 1º Suplemento, Série I de 1971-08-16, Artigos 4º, 5º, 43º, 133º.

¹⁶ PORTUGAL. Decreto-lei nº353, de 13 de julho de 1973 e decreto-lei nº409, de 20 de agosto de 1973.

nas colônias. Em 1973, após a morte de Amílcar Cabral¹⁷, parte do território dominado pela guerrilha, declarar-se-ia independente e seria reconhecido, então, por 54 países além de receber apoio da União Soviética com material bélico (Ibidem, p. 56).

Com a publicação do livro *Portugal e o Futuro*, Spínola apresentava a argumentação da resolução da guerra colonial através dos meios políticos, onde seu pessimismo quanto ao momento histórico fazia-se presente, quando afirma que “Portugal vive hoje, sem dúvida, uma das horas mais graves, senão a mais grave da sua História, pois nunca as perspectivas se apresentaram tão nebulosas como as que se deparam à geração actual” (SPÍNOLA, 1974, p. 21). Defendia, portanto, que manter-se na guerra era “aceitar, de antemão, a derrota” (MAXWELL, 2006, p. 59), apresentando uma análise de propostas para “consertar” os problemas da colonização. Segundo Peixoto, os cinquenta mil exemplares que foram soltos na primeira edição portuguesa, foram vendidos em apenas doze horas, além de contar com uma propagação enorme nos meios internacionais de comunicação (PEIXOTO, 2009, p. 131). Em suma, nos meios da política, seguindo a ótica de Spínola, Portugal deveria buscar respostas dentro da própria Europa, para manter os padrões do país, promover a industrialização, algo inviável uma vez que despendia praticamente metade dos gastos nacionais com as operações militares em África além de manter um exército de aproximadamente 170 mil homens (MAXWELL, 2006, p. 57). Acrescenta-se a absoletaliedade da guerra, a defasagem demográfica na metrópole bem como o atraso nos princípios de colonização estendidos por tão longo tempo, nos parece um quadro demasiado pesado para manter-se.

Spínola concluiu que a chave para a luta não estava no mutável campo de batalha, mas na mente da população. Defendeu o claro reconhecimento do direito de autodeterminação, a necessidade de estabelecer instituições democráticas e de aceitar o governo da maioria das colônias. A seu ver, quando os africanos avaliassem suas escolhas, decidiriam permanecer ligados a Portugal em algum tipo não rígido de federação de Estados autônomos. Ele esquematizou detalhadamente uma possível estrutura para essa federação (MAXWELL, 2006, p. 57).

A recusa de Caetano frente à posição “federalista” de Spínola mostra-se clara quando diante da Assembleia Nacional ele retoma a ideia de que os povos africanos não compreendem a democracia ocidental, por não passarem do sistema tribal de organização;

¹⁷ Amílcar Cabral foi secretário-geral do Partido Africano da Independência da Guiné (PAIGC) e importante figura no processo de descolonização em África e nos movimentos de libertação. Caboverdiano de nascimento, foi educado na Universidade de Lisboa formando-se em engenharia, vindo a desenvolver importantes trabalhos e desenvolvimento na agricultura de Guiné e Angola, além de um exímio entendedor e escritor político.

desta forma, acabam por implementar ditaduras militares e a tirania (PEIXOTO, 2009, p. 134-135). Além disso, “seria a brecha facultada ao inimigo para, com mais descaramento do que já tem, espalhar suas mentiras, divulgar as suas doutrinas, incrementar junto da juventude e do povo em geral a campanha de intimidação já agora por tantas formas e em tantos campos posta em prática” (Idem).

Em tentativa frustrada de afirmação de seu governo, Caetano convoca uma cerimônia “de subserviência da hierarquia militar”, ordenando que o general Spínola e o General Costa Gomes - primeiro nome dado pelos membros do MFA para liderar o país após a queda de Caetano - além de 120 dos mais altos escalões oficiais comparecessem para jurar a lealdade às políticas do ultramar; a não comparência e posterior exoneração de Spínola, Costa Gomes, Arriaga e outros, apenas fez-se reforçar a fraqueza e um caminho para a derrocada do regime (MAXWELL, 2006, p. 59).

O “Movimento dos Capitães”, organizado, sobretudo, pelos oficiais menos graduados, precederia o MFA que viria a originar-se entre os soldados subalternos, que, além de questionarem o sistema de status e elevação do sistema do oficialato (Ibidem, p. 60), também viriam a reclamar “[...] que não queriam ir mais para a guerra, que consideravam perdida” (VARELA, 2012, p. 404). A composição deste movimento estava entre capitães e majores do quadro efetivo inicialmente, passando, posteriormente, a abranger alguns oficiais graduados “de confiança” girando em torno de 200 compositores, sobretudo em Moçambique e Guiné (MAXWELL, 2006, p. 63). Portanto, “[...] o arrastamento da guerra ao longo de 13 anos sem vislumbre de qualquer solução política no quadro do regime de Marcello Caetano e a iminência de derrota abriram a crise nas Forças Armadas” (VARELA, 2012, p. 404). Sua posição em combinação de “marxismo eclético e nacionalismo” (MAXWELL, 1985, p. 539) promoveu de forma positiva a interação do movimento junto aos movimentos independentistas em África durante a organicidade da revolução, bem como no processo posterior de descolonização, ainda que com seus desacordos, sobretudo em Angola (Ibidem, p. 540).

O programa do MFA baseava-se em três pontos de simples desenvolvimento: democratização, desenvolvimento e descolonização. As propostas, que seriam mais facilmente integradas e propagadas se promovesse uma união ideológica e causal, não ocorreu, tendo no seio dos organizadores e componentes do movimento, ideias políticas divergentes. “Sua aglutinação não era resultado de nenhum objetivo conspiratório uniforme, e sim uma convergência de ressentimentos, uma perda do sentimento de utilidade e um afastamento emocional e intelectual em relação às longas guerras coloniais” (MAXWELL,

2006, p. 64). Desta forma, o processo de descolonização de fato se iniciaria com a Revolução e acabaria por comprometer a homogeneidade dentro do grupo e da força política do MFA, a partir das mudanças nas diretrizes do programa que diziam respeito às colônias.

A dissolução do precário e arcaico sistema nacional português via rumos semanas antes do 25 de Abril, quando o Presidente chega a confidenciar que “ele não vai fazer nada do que pode e eu não posso fazer nada do que devo [...] É fácil de prever o que nos vai acontecer: vamos ambos pela borda fora!” (AMARAL, 2009, p. 145). Para Carvalho, ao preservar “a censura, a polícia política, o partido único, a restrição ao voto universal, a guerra colonial e os territórios ultramarinos, manteve, na essência, a estrutura do Estado Novo de Salazar, uma vez que as alterações produzidas tiveram efeitos mais semânticos que políticos” (CARVALHO, 2009, p. 35).

Conclusões

Sem dúvidas o século XX foi um marco representativo no palco da História, seja em seu sentido de transformações no comportamento humano a partir das novas abordagens sociais e políticas, seja no aprendizado mais dramático de eventos que estarão sempre arraigados na nossa memória. A potência das duas grandes guerras possibilitaram, em grande medida, alternativas extremistas que foram colocadas em uma relação causal. Em Portugal, este processo não seria diferente. Com o fim da Monarquia em 1911 e a instauração da República, o país vivenciará longos anos de conflitos e desestabilidade nacional, entrando, por fim, em um regime autoritário, de cunho fascista. O período do Estado Novo ao longo de 48 anos, enfrentou dificuldades e falta de assertividade em relação a diversos problemas no contexto social, mas, sobretudo, na questão colonial. A tentativa falhada de mudanças por Caetano reforçou a possibilidade de uma vaga revolucionária, em um tripé que sem dúvida sentia seu maior peso nas disputas e na organização militar em África. A motivação imperialista internacional em dado momento garantiu a manutenção das colônias em África, colocando, posteriormente em xeque as relações exercidas entre metrópoles e colônias. Com a insustentabilidade da guerra em África, será então iniciado com um golpe militar em Portugal, em 25 de Abril de 1974, com uma sequência brutal da participação popular que se coloca à prova, onde o povo sai às ruas, trabalhadores iniciam um intenso movimento de massas, radicalizando e concretizando uma ruptura revolucionária. A partir desta conjunção de possibilidades, a luta e a finalização dos processos de independência tomarão seus rumos com

intenso apoio popular durante o Período Revolucionário em Curso, onde acertos e erros ficaram marcadamente fincados na história dos povos africanos colonizados.